

IGOR VITORINO DA SILVA & LEANDRO DO CARMO QUINTÃO  
(Organizadores)

# O Espírito Santo da Primeira República

2ª Edição



EDITORA MILFONTES

O  
**Espírito Santo**  
da Primeira República



Copyright © 2018, Igor Vitorino da Silva, Leandro do Carmo Quintão (org.).

Copyright © 2018, Editora Milfontes.

Rua Santa Catarina, 282, Serra - ES, 29160-104.

**Compra direta e fale conosco:** <https://editoramilfontes.com.br>

**Distribuição nacional em:** [www.amazon.com.br](http://www.amazon.com.br)

[editor@editoramilfontes.com.br](mailto:editor@editoramilfontes.com.br)

Brasil

### **Editor Chefe**

Bruno César Nascimento

### **Conselho Editorial Cadernos de Estudos Capixabas**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Pereira Campos (UFES)

Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES)

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica)

Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari)

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES)

IGOR VITORINO DA SILVA  
LEANDRO DO CARMO QUINTÃO  
(*Organizadores*)

O  
**Espírito Santo**  
da Primeira República

2ª edição revista e ampliada



EDITORA MILFONTES

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

### **Revisão**

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

### **Capa**

Imagem da capa:

*J. Zinzen & Cia Importação e Exportação de Café - Armazém de Café*  
*Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*  
Bruno César Nascimento - *Aspectos*

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Bruno César Nascimento

### **Impressão e Acabamento**

GM Gráfica e Editora

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

ES77 O Espírito Santo da primeira República/ Igor Vitorino da Silva, Leandro do Carmo Quintão (organizadores). - 2. ed. rev. amp.  
Serra: Editora Milfontes, 2018.  
366 p. : 20 cm. : il.  
Livro Eletrônico - PDF  
Modo de acesso: [www.editoramilfontes.com.br/publicações](http://www.editoramilfontes.com.br/publicações).

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-94353-32-0

1. Primeira República 2. Espírito Santo 3. Economia 4. Política I. Silva, Igor Vitorino II. Quintão, Leandro do Carmo III. Título.

CDD 981.52

## Sumário

Prefácio à 2ª edição .....	7
Apresentação à 1ª edição .....	11
A expansão ferroviária em solo capixaba .....	15
<i>Leandro do Carmo Quintão</i>	
As tentativas industrializantes do Espírito Santo na 1ª República – 1889-1930.....	59
<i>Gabriel Bittencourt</i>	
O Porto de Vitória e a construção da modernização econômica do Espírito Santo.....	121
<i>Maria da Penha Smarzaro Siqueira</i>	
A cafeicultura capixaba na Primeira República: complexo econômico e extraterritorialidade .....	139
<i>Rogério Naques Faleiros</i>	
Cachoeiro de Itapemirim nos primeiros anos da República: da fase de instabilidade ao quadriênio da luz (1889-1904).....	179
<i>Adilson Silva Santos</i>	
A Proclamação da República e o primeiro governo de Moniz Freire.....	209
<i>Diones Augusto Ribeiro</i>	
A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro..	235
<i>José Candido Rifan Sueth &amp; Sebastião Pimentel Franco</i>	
A oligarquia Monteiro.....	269
<i>Namy Chequer</i>	

O projeto político urbanizador e a remodelação de Vitória durante a Primeira República (1889-1930)..... 299

*Wanessa Doellinger Costa Palacios*

A Revolução de 30 e o Espírito Santo ..... 325

*Igor Vitorino da Silva, Juliana Sabino Simonato & Leandro do Carmo Quintão*

## *Prefácio à 2ª edição*

Paolo Ricci<sup>1</sup>

A história da Primeira República é um território em disputa. De um lado, ainda há quem reforça as interpretações sobre o período não passar de um *regime oligárquico*, uma *pseudorrepública*, uma *democracia que não foi*. Na encruzilhada entre a teoria política e o pensamento político, os estereótipos de sempre são replicados: as *eleições não eram competitivas*, reinava um *liberalismo autoritário*, a *demofobia imperava entre as elites*. Nesse caso, a clareza da mensagem não exige muitas explicações: *a República é Velha!* Tais interpretações são geralmente construídas a priori, tendo em mente modelos teóricos incapazes de lidar com a realidade dos fatos. Muitas delas cabe dizer provem das ciências sociais.

De outro lado, tem se firmado nos últimos anos uma outra abordagem, mais atenta ao manuseio sistemático e cuidadoso das fontes primárias. Cartas, correspondências, relatórios oficiais, jornais e panfletos, são algumas destas fontes redescobertas pelos historiadores. Uma conduta empírica que tem sido determinante para repensar experiência republicana. Vasculhar os arquivos não é tarefa fácil. Empecilhos burocráticos, caixas perdidas, documentos desgastados constituem a norma. Entretanto, diferente do cientista social, o historiador faz do Arquivo e dos centros documentais sua segunda casa. É o contínuo uso destas fontes, como sua análise minuciosa e competente, que permitiu uma redescoberta da República. A diferença não é de método. Trata-se de contribuições capazes de pensar a junção entre teoria e questões da análise empírica.

---

1 Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.



Esse livro se insere nessa segunda linha. Ele se casa com outros esforços regionais que caminham na mesma direção. É uma obra que merece destaque por defender uma linha investigativa capaz de dialogar com as fontes e repensar aquela experiência política a partir delas. Os temas tratados são variados. Da industrialização à expansão ferroviária passando pelos entraves da política do estado. Percebe-se a necessidade de entender as interconexões entre a Política (o P maiúsculo é fundamental!) e a sociedade organizada. Os projetos de modernização não se dão por acaso. A tanto desprezada política oligárquica – conservadora, oligárquica e hostil às dissidências para alguns – é o fator determinante para entendermos a posição do Espírito Santo ao longo da República.

A história da Primeira República é indissociável das histórias regionais. Basta olhar para o plano federal que fica fácil verificar como as decisões políticas do país se pautavam na relação direta da União com os estados. Criada em 1899, a “política dos Governadores” tem sido geralmente apontada como o acordo que fez funcionar a Primeira República. Cisão clara entre o “caos” da primeira década e a estabilidade da segunda parte, de 1899 a 1930. Fato é que tal estabilidade não passa de suposição. O pós 1899 se constitui de conflitos intraoligárquicos contínuos, intervenções federais nos estados, intrigas de corredores capazes de derrubar candidaturas presidenciais e disputas político-partidárias que ecoam o tempo todo no Congresso Nacional. Tudo isso acontecia graças à instabilidade política estadual, pois o estado representava o palco em que a atividade política se manifestava em sua plenitude. Sem entender o que ocorre nos estados nunca poderemos interpretar corretamente o que se dá no âmbito federal. Me seja permitido dezoar: Vitória explica Rio de Janeiro e não vice-versa.

A leitura do livro é um convite para pensar outro aspecto da história política do nosso país. A história brasileira pode ser contada a partir da derrubada de seus regimes. Monarquia, república, autoritarismo, democracia, regime militar e, por fim, democracia. A busca pelo melhor entendimento sobre a Primeira República é fundamental para pensar o regime sucessivo. Afinal, 1930 é um divisor

de águas? O choque revolucionário é forte, mas não deve enganar. Talvez o será em 1937. Entretanto, entre 1930 e 1937 assistimos a um período conturbado onde vários projetos (inclusive os velhos) estão em disputa. Vargas não é hegemônico e o Estado Novo ainda não existe. O constitucionalismo é triunfante e não, decerto, pelo mero vigor paulista. O Código Eleitoral é preparado antes dos revolucionários paulistas pegarem em armas e suas regras merecem o epíteto de revolucionárias. Aí encontramos o voto feminino, secreto, a Justiça Eleitoral, a representação proporcional, o voto obrigatório. Sob estas regras o pleito de 1933 garante o que na Primeira República havia sido impossível: a representação das minorias. Mas, quais minorias? São elas as velhas oligarquias agora travestidas de novo. Os embates partidários continuam a refletir uma dinâmica interna aos estados. Eis a questão crucial que não podemos esquecer: pensar 1930 implica retornar à Primeira República. A transição não é abrupta. Olhar para o Espírito Santo republicano é parte essencial de um esforço que busque repensar os anos trinta.

Resta-me terminar com um desejo. A história regional não pode ficar confinada ao seu regionalismo. Precisamos de teorias de médio alcance e interpretações capazes de sintetizar o Brasil republicano por além das singularidades de cada caso. Essa obra deveria também ser lida com este olhar. Em que medida a política capixaba nos ajuda a entender os outros estados? Há similaridades e diferenças? Se existirem, como explica-las? O exercício não é trivial. Sem fazê-lo ficaremos reféns do federalismo republicano implantado em 1889. O convite está feito. Leiam o conjunto desses capítulos tentando extrair não apenas os fatos no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais do Espírito Santo, mas buscando relações com as realidades de outros estados e da federação. Boa leitura!



## *Apresentação à 1ª edição*

A Primeira República brasileira, que vai de 1889 a 1930, é por muitos conhecida como “República Velha”. Esse nome fora alcunhado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, que buscava com isso dois grandes objetivos: primeiramente, caracterizar de forma pejorativa um passado recente, revestindo-o de uma roupagem negativa, como ser “distante”, “obsoleto”, “ultrapassado” ou simplesmente “velho”; em seguida, inaugurar uma nova fase da história (republicana) brasileira, livre dos vícios e práticas “sujas”, que, como por um passe de mágica, ou melhor, de palavras, ficariam enterrados, bem lá atrás.

Alguns estudiosos, talvez inebriados desse mesmo preconceito varguista, relativizam a importância desse período; ou mesmo consideram-no apenas mais um dentre outros da história brasileira. Na contramão desse pensamento, muitos autores têm se consagrado no âmbito acadêmico a partir de importantes pesquisas dentro desse recorte temporal, como Boris Fausto, Cláudia Viscardi, Edgar Carone, José Murilo de Carvalho, Maria do Carmo Campello de Souza, Maria Efigênia Lage de Resende, Marieta de Moraes Ferreira, Renato Lessa, Surama Conde Sá Pinto, entre outros.

O fato de ser estudado por tão renomados cientistas sociais, por si só, já engrandece e justifica a necessidade de se investigá-lo com mais cautela. Soma-se a isso o fato de ser “uma incursão às nossas ‘origens’ como regime político”.<sup>1</sup> Essa afirmativa, por sua vez, nos permite entender que esse momento representa não apenas um passado, agora ainda mais remoto que no período de Vargas, mas a base histórica do regime republicano, inclusive o atual, que é cheio de práticas e meandros, muitas vezes ruins, caracterizados por nós

---

1 GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989.

como “inéditos”, muito por causa do desconhecimento do passado republicano do Brasil.

Nesse sentido, são de extrema relevância as publicações tendo a Primeira República como recorte temporal; e, felizmente, elas existem em quantidade satisfatória.<sup>2</sup> Isto, pois, não significa que não haja necessidade de novos estudos, ou mesmo de revisar os que já foram feitos, principalmente quando se buscam inserir espaços, ou seja, regiões, outrora renegadas a segundo plano no processo histórico brasileiro, com aval de muitos daqueles renomados historiadores outrora mencionados. Dentre essas regiões, nos propomos a analisar o Espírito Santo, em razão de que este se encontrava na Primeira República no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais e políticos.

Essa opção, não obstante, nos remete ao papel de contribuintes de uma história que está sendo escrita, à base de suor, sacrifícios, e, principalmente, muita pesquisa. Assim, buscamos preencher algumas lacunas na historiografia capixaba, estimular novas pesquisas e introduzir aqueles leitores leigos mas interessados em conhecer um pouco do passado do Espírito Santo.

Em relação à escolha dos autores que redigiram os respectivos artigos, esta se deu em caráter criterioso, valorizando pesquisas idôneas, muitas delas realizadas em trabalhos de mestrado, devidamente defendidos e aprovados.

Quanto à obra, trata-se de uma coletânea constituída de dez artigos, os quais estão organizados respeitando primeiramente certa sequência temática e em seguida uma sequência cronológica. E, para melhor esclarecimento ao leitor sobre o que se encontra na presente obra, faremos uma breve explanação desses artigos.

O artigo de abertura, de Leandro do Carmo Quintão, apresenta e caracteriza a expansão ferroviária em solo capixaba ao longo da Primeira República, relacionando-a às vicissitudes políticas e econômicas, bem como aos projetos estratégicos de comunicação existentes num passado ainda mais remoto, que puderam ganhar

---

<sup>2</sup> GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República... *Op. cit.*, p. 244.

tonalidade no limiar da Primeira República e tornar esse transporte a estratégia de desenvolvimento regional.

Com o foco na questão da industrialização, Gabriel Bittencourt trata desse processo, nas primeiras décadas do século XX a partir de subsídios econômicos e esforços, inclusive por parte do Estado, já presentes no século anterior, em boa parte relacionados às economias açucareira e cafeeira, a primeira em decadência e a segunda em ascensão. Não obstante, aponta indícios da relação direta entre esta última e os esforços industrializantes de alguns governantes do Espírito Santo.

Em seu artigo, Maria da Penha Smarzaró Siqueira discute o papel do Porto de Vitória no desenvolvimento econômico do estado capixaba, a partir da Primeira República, indo, no entanto, além, pois, *não se limitando àquele período, mostra que o processo foi e é contínuo, embora enraizado nas primeiras décadas do século XX.*

Rogério Faleiros, por sua vez, trata da cafeicultura capixaba, analisando a noção de “complexo econômico cafeeiro” à luz da realidade do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX. O autor demonstra de que maneira a elite capixaba buscou dominar economicamente diferentes regiões do estado, isto é, territorializar seu complexo cafeeiro.

Buscando enfatizar a política capixaba na região sul, Adilson Silva Santos analisa os detalhes das principais articulações e fatos ocorridos, especialmente em Cachoeira de Itapemirim, desde a Proclamação da República até a primeira década do século XX, partindo da hipótese de que seu desenvolvimento é resultado de reflexos de acontecimentos políticos nas esferas estadual e federal.

Fazendo uma junção entre os aspectos políticos e econômicos, Diones Augusto Ribeiro analisa a implantação do regime republicano no Espírito Santo, bem como as principais diretrizes históricas componentes do primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896), caracterizado como um divisor de águas na histórica capixaba.

Contribuindo para o debate, Namy Chequer Boub-abib Filho,

em seu artigo, analisa a formação da oligarquia Monteiro no Espírito Santo no início da década de 1910, comandada pelos irmãos Bernardino e Jerônimo Monteiro. Nesse sentido, busca esmiuçar os principais acontecimentos que contribuíram para o fortalecimento político dessa família, sem deixar, contudo, de relacionar os fatos locais ao contexto nacional, como presidentes e suas ações, dentre elas a “política dos governadores” e a “política das salvaçãoes”. Além disso, aponta quais e como determinados episódios nortearam acontecimentos cruciais para o desenvolvimento desse processo histórico.

Já o estudo de José Candido Rifan Sueth e Sebastião Pimentel Franco busca compreender a hegemonia de alguns estados brasileiros e a exclusão do Espírito Santo, na Primeira República, a partir do estudo das administrações estaduais de dois presidentes de estado, José de Carvalho Moniz Freire e Jerônimo de Souza Monteiro que, embora tenham imprimido ao governo orientações políticas diferentes, mantiveram a característica “satélite” do estado do Espírito Santo diante da Federação.

Por meio do estudo da história urbana, Wanessa Doellinger Costa Palacios discute o projeto político remodelador da capital, mais precisamente a reforma empreendida especialmente por Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos. Nesse sentido, enfoca o pensamento higienista a partir do seu caráter elitista, para caracterizar as mudanças estruturais da cidade, tanto no público quanto no privado.

O último Artigo, dos autores Igor Vitorino da Silva, Juliana Sabino Simonato e Leandro do Carmo Quintão, desvenda as especificidades e o jogo de interesses políticos no Espírito Santo durante a Revolução de 30, à luz dos acontecimentos nacionais.

Finalmente, esperamos, a partir dessa coletânea de artigos, introduzir o leitor em uma história ainda não conhecida; e, para os não tão leigos no assunto, rerepresentar os acontecimentos de uma nova forma, acessível, sem perder, contudo, o caráter acadêmico e até mesmo científico dessas pesquisas.

*Igor Vitorino da Silva e Leandro do Carmo Quintão*